Manual de Iniciação & Conceitos em Perícias Médicas
RUBENS CENCI MOTA. Médico — Especialista pela Associação Médica Brasileira e pelo Conselho Federal de Medicina em Medicina Legal e Perícia Médica, Clínica Médica, Hemoterapia e Medicina do Tráfego. Certificado pelo Conselho Federal de Medicina na Área de Atuação de Medicina de Urgência. Certificado pela Associação Médica Brasileira e SBPM na Área de Atuação Categoría Especial em Perícias Médicas. Pós-Graduado em Direito Médico e Hospitalar pela Escola Paulista de Direito. Professor e Supervisor de Práticas Profissionais do Curso de Pós-Graduação em Perícias Médicas e Medicina do Trabalho da Universidade Brasil. Professor do Curso de Pós-Graduação em Medicina do Trabalho da Universidade São Francisco — USF — Bragança Paulista, SP. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Perícia Médica com ênfase em Atuação e Métodos — Universidade Brasil. Perito Oficial Prefeitura do Município de Piracicaba — Perito Judicial junto ao TRT 15ª Região — Campinas, SP — Perito Judicial junto ao TRF — Perito Judicial TJ-SP. Assistente Técnico de várias bancas advocatícias e empresas públicas e privadas. Palestrante e Consultor Técnico de diversas empresas e instituições, públicas e privadas, na área de Gestão Médica — Administrativa de RH, Médico Legal, Perícia Médica, Qualidade de Vida, Reabilitação Profissional, Hospitalar, Saúde e Segurança. Autor do livro: Crônicas em Perícias Médicas, DORT & Reabilitação Profissional — LTr, 1. ed., 2011 — 2. ed., 2012 — 3. ed., 2014. Autor do livro: Conceitos Básicos de Perícia Médica. Editora Átomo, 2012. Articulista da Editora LTr — Revista de Previdência Social e Suplemento Trabalhista. Prêmio Nacional de Reabilitação Profissional — CBSSI-OISS — 1º Lugar — 2009. Autor do Trabalho Científico “Ergonomia Cognitiva: promovendo qualidade de vida no trabalho a partir de método diagnóstico participativo”, aprovado e apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Perícia Médica Previdenciária, 2013 — Recife, PE — aprovado e apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Perícias Médicas, 2014 — Florianópolis, SC. Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Piracicaba. Disciplinou Setor de Vigilância Sanitária e criou Equipe de Vigilância em Atividade de Trabalho, definindo suas competências — Lei n. 069/96 — Decreto n. 7.401/96 — 1996. Disciplinou as atividades do Ambulatório de Saúde do Trabalhador com equipe multidisciplinar — Decreto n. 7.509 — 1997.
Manual de Iniciação & Conceitos em Perícias Médicas
Esta publicação é dedicada àqueles que, diante de uma matéria controvertida, corajosamente expressam sua forma de entendimento, mesmo quando vencida majoritariamente a sua tese.

A valoração das doutrinas, mesmo quando minoritárias, é muito importante, pois no campo da técnica as unanimidades são perigosas.

A ciência requer a livre expressão.

Boa leitura!
Agradeço a paciência e apoio da minha querida esposa e companheira de trabalho, Selma, pelo incentivo diário, assim como o esforço dos meus filhos Gustavo, Guilherme e Gabriel, para os quais dedico o meu sincero obrigado com um beijo carinhoso.

Dedico esta publicação também âqueles que me ensinaram que diante de uma matéria controvertida, mais de uma forma de entendimento existe, e se faz necessário respeitá-las, mesmo quando vencida a sua tese.

Feliz com o feedback dos leitores de minhas outras publicações, seria injusto deixar de registrar o meu muito obrigado a toda equipe da LTr. Nesta obra, como nas outras, busquei não perder o sentido ideal da minha proposta quando da publicação da primeira obra: provocações!

Boa leitura!
## SUMÁRIO

| Capítulo | Título | Página |
|----------|--------|--------|
| Introdução | | 11 |
| Capítulo 1 | Concepções de Perícia Médica e Campo de Atuação | 13 |
| Capítulo 2 | Como Realizar uma Perícia Médica Direta | 25 |
| Capítulo 3 | Habilidade do Perito Médico e Áreas de Atuação | 29 |
| Capítulo 4 | História da Perícia Médica e Atuação Profissional | 37 |
| Capítulo 5 | Deveres dos médicos | 41 |
| Capítulo 6 | Formação Técnica Exigida para Atuação do Perito Médico | 53 |
| Capítulo 7 | Formação Jurídico-Administrativa-Ética do Perito Médico | 85 |
| Capítulo 8 | Relação entre Medicina e Direito | 103 |
| Capítulo 9 | Relação entre Medicina e Direito Trabalhista Desvendando a causa e concusalidade — enfoque trabalhista | 113 |
| Capítulo 10 | Considerações Diversas para o Estabelecimento do Nexo, Dano e Quantum Indenizatório | 133 |
| Capítulo 11 | Perícia Médica Judicial | 149 |
| Capítulo 12 | Avaliar o Dano | 163 |
| Capítulo 13 | Atos do Perito I | 177 |
| Capítulo 14 | Atos do Perito II — Prática Pericial Médica Judicial — Um roteiro prático | 181 |
| Capítulo 15 | Perícias Médicas “Em Diversas Áreas” | 187 |
| Capítulo 16 | Perícias Médicas nos DORT | 225 |
| Capítulo 17 | Responsabilidade Médica Civil ou Criminal | 233 |
| Capítulo 18 | Capacidade Laboral — controle do Absenteísmo de Curto e Médio Prazo | 239 |
| Capítulo 19 | Referências Técnicas para Aplicação do Baremo Brasileiro — Baseado com ênfase nas indicações da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Serviço Municipal de Perícias Médicas da Prefeitura de Piracicaba; Manual de Perícias Médicas no Serviço Federal e outras | 255 |
| Capítulo 20 | Readaptação e/ou Reabilitação | 293 |
| Capítulo 21 | Conclusão | 309 |
| Nota do Autor | | 311 |
| Referências Bibliográficas | | 313 |
INTRODUÇÃO

Diferente do ambiente em que tudo aprendeu, o médico que pretende atuar como Perito Médico passará a conviver com outros profissionais cuja formação filosófica tem outras bases. Sua atuação diária se fará na relação com Magistrados, Juízes e Juízas, alguns pouco experientes e outros muito experientes (Desembargadores e Desembargadoras — Ministros e Ministras dos Tribunais Superiores), com Delegados, Agentes Públicos, Advogados, Administradores de Pessoas, Administradores de Seguros etc., num universo imenso que costumamos chamar de “leigos”.

Muitos de nós, vendo no Cinema ou na Televisão, estamos mais acostumados com o Sistema Jurídico Anglo-Americano (Common Law — Lei Comum), praticado no Reino Unido (Grã-Bretanha [Inglaterra, País de Gales e Escócia] e Irlanda do Norte); Austrália; Nova Zelândia; India; Estados Unidos, onde o Direito é declarado pelo juiz (judge made law), sendo o precedente judicial (case law) a principal fonte jurídica. No Reino Unido, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sempre que possível, ao invés de se citar o texto de uma lei, no sistema jurídico são mencionados fatos de uma espécie concreta (precedentes) que tenham sido decididos mediante a aplicação desta lei. Fundamentam esta indicação implicando que somente diante dessas decisões o Juiz saberá o verdadeiro significado da lei, para então, diante do caso concreto, encontrar a norma legal sob o aspecto que lhes é familiar: o da regra jurisprudencial.

Menos conhecido para nós médicos brasileiros, visto que nossa grade curricular de ensino não nos contempla para este aprendizado — no geral somos leigos no Direito — e também porque a mídia nem sempre reproduz nosso sistema de leis, o ordenamento jurídico brasileiro está estruturado na forma de atender à obediência aos ditames da Constituição Federal. Todo o nosso direito, dito positivo, para ter validade, deve-se aos princípios constitucionais que têm sua origem no chamado Direito Romano. No nosso caso, quando a lei não fala, o juiz avalia, pondera, pensa, fundamenta e DECIDE!

Nosso sistema jurídico garante ao Juiz ampla liberdade e este, por exemplo, não está “preso” ao no me técnico indicado por Peritos Médicos, pois pode utilizar outros meios de prova.

CPC — Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.

Novo CPC — Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Os meios de prova podem ser classificados em diretos (ex. inspeção judicial, fatos notórios) ou indiretos (ex. documentos, perícia, testemunhas), e ainda as provas podem ser classificadas em impertinentes (não se referem a aquilo que se acha em questão; descabidas, despropositadas, estranhas ao assunto), desnecessárias (inúteis, supérfluas, dispensáveis) e protelatórias (protelam, procrastinam, prorrogam), inexistindo hierarquia dos meios de prova.

CPC — Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.

Novo CPC:

Art. 371. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da forma de convencimento.

Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.
As provas em espécie são os Documentos; a Inspeção Judicial; a Confissão; as Testemunhas; a Perícia.

“Advogar é persuadir; é argumentar a favor das partes. As palavras da lei são inalteráveis, porém, não as significações que comunicam. Estas variam de acordo com as trocas que se operam na valorização ambiental predominante, entre as distintas correntes existentes”. Dr. Luis Alberto Warat — Professor de Direito pela Universidade de Buenos Aires e pós-doutor em Direito pela UNB.

No Brasil, o perito judicial é considerado Auxiliar da Justiça, juntamente com o Escrivão ou Diretor de Secretaria da Vara e o Oficial de Justiça. O Auxiliar da Justiça goza de fé pública. Estes têm como atribuição prestar auxílio para que o Juiz brasileiro possa decidir com base na PERSUASÃO RACIONAL!

Novo CPC:

Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

§ 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consultar direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.

§ 3º Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.

§ 4º Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividad.

§ 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.

Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

[..]

§ 2º Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento.

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
CAPÍTULO 1
CONCEPÇÕES DE PERÍCIA MÉDICA E CAMPO DE ATUAÇÃO

A Perícia Médica poderá ser singular (avaliação realizada por um único Perito Médico) ou desempenhada por Junta Médica (dois ou mais Peritos Médicos) e realizada com diversas finalidades. No desenvolver desta atividade, o médico atuará nas áreas de Consultoria e Assessoria, Parecerista Técnico — Assistente Técnico — Auditoria ou Fiscalização de atividades relacionadas a medicina, hospitais, serviços de saúde etc., Gerenciamento e Controle de Empresas, Sistemas ou Departamentos que envolvam medicina, por exemplo, Instituto Médico Legal, enfim, em diversos campos que abranjam atividades ligadas à saúde, seja no auxílio ou parceria com autoridades — Juiz, Desembargador, Prefeito etc. — como Perito Oficial (concursado) ou Louvado (indicação de ofício). Ou seja, o campo de atuação é muito vasto, porém, em todas as áreas da sua atuação sabe-se que é de alta responsabilidade técnica, condição que requer capacitação profissional específica, pois, o Perito Médico estará envolvido na regulação de direitos e benefícios das mais variadas ordens.

Diferente do Juiz e/ou do Agente que lhe designou a tarefa de avaliação, o Perito Médico está adstrito ao conhecimento técnico e sempre deve segui-lo, contudo, deve ser ressalvada sua independência pessoal e profissional diante das suas convicções técnicas.

Es indispensável — se ha dicho — establecer relaciones formales a nivel de facultades de Medicina y Derecho para organizar adecuadamente la investigación y estudio de los problemas médico penales, más allá de los ámbitos puntuales de las cátedras de Medicina-Legal. Las nuevas generaciones de médicos y abogados deben formarse en un contexto integrado de estos problemas. CRUZ-COKE, Ricardo. “Responsabilidade penal del médico y ética médica” — Revista Médica de Chile, n. 108 (Santiago, 1980), p. 1147 ss.

O melhor entendimento da moderna Perícia Médica, há mais de 30 anos, provocou e vem provocando a necessidade de uma melhor integração entre a Medicina e o Direito, contudo, no Brasil ainda se encontram algumas resistências e dúvidas já totalmente saneadas em outros países, condição que nos estimula a avançar sobre o tema.

1.1. FORMAS DE ATUAÇÃO DO PERITO MÉDICO E DO ASSISTENTE TÉCNICO

A Perícia Médica, como se verá nos próximos capítulos, poderá receber a classificação de Perícia Direta ou Perícia Indireta:

A perícia poderá ser direta ou indireta; naquela, o exame pericial é feito (diretamente) na pessoa, na coisa, ou no objeto, a fim de que seja identificada a verdade do que foi alegado; nesta, o exame pericial é realizado (indiretamente) nos elementos, ou documentos, ou peças que possam existir, para a apuração sobre a exatidão do que foi afirmado (PEDROTTI, 2006, p. 293).

CREMESP Parecer Consulta n. 150.138/10
Assunto: Sobre realização de perícia indireta.
Ementa: A perícia médica indireta, a exemplo da perícia médica direta, mostra-se perfeitamente factível de realização, constituindo importante elemento de prova à elucidação dos pontos controvertidos com a consequente formação de convicção do solicitante. Entendemos que tal procedimento não afronta o art. 92 do Código de Ética Médica, que reza ser vedado ao médico assinar laudos periciais, auditoriais ou de verificação médico-legal quando não tenha realizado pessoalmente o exame, já que na perícia médica indireta, o exame clínico e eventuais exames complementares inexistem, e a prova pericial médica há de ser reali-